

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
2 **CERH/PR**

3
4 **OBJETO:** Instalação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, apresentação
5 do modelo paranaense de gestão de recursos hídricos, apresentação do
6 Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, aprovação do
7 Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e aprovação da
8 instalação do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira.

9
10 Aos 26 dias do mês de julho de 2001, às 15:00 horas, no salão dos governadores
11 do Palácio Iguaçu, realizou-se a reunião de instalação do Conselho Estadual de
12 Recursos Hídricos do Estado do Paraná, contando com a presença do
13 Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor JAIME LERNER, do Presidente do
14 Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Senhor
15 JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, da Secretária Executiva do Conselho Estadual
16 de Recursos Hídricos - CERH, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos Conselheiros
17 Titulares: YÁRA CHRISTINA EISENBACH, da Secretaria de Estado do
18 Planejamento e Coordenação Geral – SEPL; FRANCISCO XAVIER DE
19 OLIVEIRA, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; LUIZ EDUARDO
20 MARQUES HALILA, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano –
21 SEDU; LUIZ ROBERTO DE SOUZA, da Secretaria de Estado da Agricultura e do
22 Abastecimento – SEAB; RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da
23 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI; ROSANA SCARAMELLA, da
24 Secretaria de Estado dos Transportes – SETR; LORIS CARLOS GUESSE, da
25 Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR; NICOLAU IMTHON KLÜPPEL,
26 Diretor-Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos
27 e Saneamento Ambiental – SUDERHSA; MÁRIO SÉRGIO RASERA, Diretor-
28 Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP; RUBENS ERNESTO
29 NIEDERHEITMANN, Diretor-Presidente da Empresa Paranaense de Assistência
30 Técnica e Extensão Rural – EMATER; GIL FERNANDO BUENO POLIDORO, da
31 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC; RALPH CARVALHO
32 GROSZEWICZ, da Universidade Federal do Paraná – UFPR; INGRID ILLICH
33 MÜLLER, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH; ELEUTÉRIO
34 LANGOWSKI, da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte –
35 APROMAC; CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS, Diretor-Presidente da
36 Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; LUIZ FERNANDO LEONE
37 VIANNA, Diretor Superintendente da Companhia Paranaense de Energia –
38 COPEL; ODAIR CHESCHIN, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná –
39 FIEP; e GUNTOLF VAN KAICK, do sindicato e Organização das Cooperativas do
40 Estado do Paraná – OCEPAR; e dos Conselheiros Suplentes: JORGE
41 ANDRIGUETTO JÚNIOR, da Secretaria de Estado do Planejamento e
42 Coordenação Geral – SEPL; MARISTELA DEGGERONE, da Secretaria de Estado
43 da Fazenda – SEFA; JOÃO PERCY HOHMANN, da Secretaria de Estado da
44 Indústria, do Comércio e do Turismo – SEIT; ÂNGELA MOREIRA GORSKE, da
45 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; FILIPE BRAGA
46 FARHAT, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB;
47 MAURO NAGASHIMA, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino

48Superior – SETI; GERMANO VALENÇA MONTEIRO JÚNIOR, da Secretaria de
49Estado dos Transportes – SETR; ALDO ANTÔNIO MANDALAZZO, da Companhia
50de Habitação do Paraná – COHAPAR; IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR, da
51Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
52Ambiental – SUDERHSA; ANA CECÍLIA BASTOS ARESTA NOWACKI, do
53Instituto Ambiental do Paraná – IAP; LUIZ MARCOS FEITOSA DOS SANTOS, da
54Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
55ZULMA DAS GRAÇAS LUCENA SCHUSSEL, da Coordenação da Região
56Metropolitana de Curitiba – COMEC; REINALDO CARDOSO, Prefeito Municipal
57de Castro; DERLI ANTÔNIO DONIN, Prefeito Municipal de Toledo, VALMIR DE
58FRANÇA, da Universidade Estadual de Londrina – UEL; CARLOS EDUARDO
59DORNELES VIEIRA, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS;
60FERNANDO VELLOZO RODERJAN, do Núcleo de Apoio Integrado Pró-Iguaçu –
61NAIPI; JOSÉ CARLOS CAUDURO MINUZZO, da Centrais Geradoras do Sul do
62Brasil S.A. – GERASUL; ALBERTO PALOMAR FERNANDEZ, da Federação das
63Indústrias do Estado do Paraná – FIEP; e LUIZ ANSELMO MERLIN TOURINHO,
64da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP; e dos convidados
65MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
66– SEPL; ANGELITA C. KRAVUTSCHKE, da APONG/CESCAGE; OSNERI
67ROQUE ANDREOLI, da SUDERHSA; JOSÉ TADEU SMOLKA, do CEMA;
68FRANCISCO CARLOS NOGUEIRA, da PMC; JOSÉ LUIZ SCROCCARO, da
69SUDERHSA; ANTÔNIO RICARDO MILGIORANSA, da APASEMA; JOÃO
70TEIXEIRA DA CRUZ, do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos
71Pinhais; MIGUEL JORGE SZPIKULA, da Câmara Municipal de São José dos
72Pinhais; VERÔNICA MACEDO, da PETROBRÁS/REPAR; REINALDO JOSÉ R.
73DOS SANTOS, da SANEPAR; LUIZ BENONI MANZOCHI, da CH2M HILL; JOSÉ
74ÁLVARO S. CARNEIRO, da LIGA AMBIENTAL; VITÓRIO SOROTIUK, da
75OAB/PR; GERALDO SERATHIUK, da Prefeitura Municipal de Almirante
76Tamandaré; REINALDO RIBEIRETE, Prefeito Municipal de Ibiporã e Presidente
77do COPATI; PAULO HARO, da PETROBRÁS; LUIZ FERNANDO ORSINI, da
78CH2M HILL; IBSON GABRIEL M. DE CAMPOS, da SMMA-CTBA; EDUARDO
79ALVIM LEITE, do SIMEPAR; MARIA INEZ P. MACHADO, da Prefeitura Municipal
80de Castro; ENEAS SOUZA MACHADO, da SUDERHSA; NORBERTO RAMON, da
81SUDERHSA; DENISE C. BUSETTI SABBAG, da COPEL; FERNANDO
82CRAVEIRO DE SÁ, da CH2M HILL; JORGE DE BEM, da SUDERHSA;
83CAROLINA EISENBACH DE OLIVEIRA TORRES, da SEMA; MARCELO PASSI
84MAFRA, do COPATI; REGINA BACELLAR SILVA, da COPEL; MARCOS ALVES
85GOES, da Prefeitura de Piraquara; JOSÉ LOURIVAL MAGIRI, da GERASUL;
86ROGÉRIO ROEDEL MORO, da SIMEPAR; e RUBENS NOVICKI, da
87PETROBRÁS.

88No início da reunião, o Mestre de Cerimônia nominou as autoridades presentes.
89Mencionou que o motivo da reunião era a instalação do CERH, com o objetivo de
90traçar a Política de Recursos Hídricos do Paraná, e salientou a importância do
91Conselho, por se tratar da instância superior do Sistema Estadual de
92Gerenciamento de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 12.726 de 26 de
93novembro de 1999, e oficializado pelo Governador Jaime Lerner através da
94assinatura do Decreto nº 4.320 de 28 de junho de 2001 que trata da nomeação

95dos membros do Conselho. O Mestre de Cerimônia procedeu a leitura do Decreto,
96sendo que por este ato os membros passariam a ser empossados. A seguir,
97passou a palavra ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,
98Sr. JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, que cumprimentou o Governador do Estado
99e todos os demais presentes. Considerou o ato de instalação do CERH como um
100ato histórico, e um marco na Política de Recursos Hídricos do Estado do Paraná.
101Comentou que o Paraná foi um dos últimos Estados a ter a sua Lei de Recursos
102Hídricos aprovada, mas que deverá ser o primeiro Estado a ter essa Lei
103totalmente regulamentada, isto é, até o final de 2001, conforme determinação do
104Governador do Estado. Mencionou que a meta é de em 2002 iniciar-se a
105implantação das UEDs (Unidades Executivas Descentralizadas) e Comitês de
106Bacia, onde serão decididos os preços unitários a serem cobrados, e também
107aonde esses recursos serão aplicados, para a manutenção ou melhoria da
108qualidade da água. Salientou que Decretos de Regulamentação da Lei contaram
109com a participação de 17 entidades, representando os diversos segmentos da
110sociedade paranaense. Comentou que a composição do Conselho, de 29
111entidades representadas, também demonstra uma forma de gerenciamento
112democrático, em que a sociedade é também corresponsável na execução da
113Política de Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Mencionou que o Estado do
114Paraná está negociando com a Agência Nacional de Águas – ANA, Convênio de
115Delegação de competências no caso de rios de domínio da União, para que os
116recursos aqui arrecadados sejam aqui aplicados, conforme decisões realizadas
117pela sociedade paranaense. O Mestre de Cerimônia passou a palavra para o
118Governador do Estado, JAIME LERNER, que cumprimentou as autoridades
119presentes. O Governador mencionou que o Conselho Estadual de Recursos
120Hídricos é a instância máxima da Política Estadual de Recursos Hídricos, e que os
121Decretos que regulamentam essa Política Estadual foram discutidos e
122consensados num grupo técnico com representantes de 17 entidades diferentes.
123Citou que o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos prevê a
124descentralização e a participação de todos os segmentos da Sociedade, e que
125prevê também um Fundo específico para os recursos arrecadados, que voltarão
126para a bacia onde foram gerados para aplicação em obras e projetos previstos
127num Plano próprio para a Bacia. Mencionou que a SUDERHSA será fortalecida e
128reestruturada. Mencionou também que este Conselho tem a responsabilidade do
129planejamento estadual dos recursos hídricos, das diretrizes maiores sobre a
130outorga e a cobrança dos recursos hídricos, da instalação de Comitês de Bacias
131Hidrográficas, salientando a importância da instalação deste Conselho. Disse
132também, que o modelo paranaense é democrático, descentralizado e que conta
133com a participação da sociedade no planejamento e nas decisões. Salientou que
134de todos os Conselhos, este é com certeza o de maior participação, onde houve a
135preocupação de que todos os segmentos da sociedade estivessem representados
136para defender as suas posições e que deste Conselho deve sair uma diretriz,
137fundamental para o desenvolvimento do Estado. Agradeceu a sua participação e
138desejou sucesso ao Conselho que estava sendo instalado. O Mestre de Cerimônia
139passou a palavra ao Secretário José Antônio Andreguetto, para iniciar a reunião
140de trabalho. O Presidente do CERH, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO
141Propôs continuar a reunião sem intervalo, e que antes de passar à reunião

142propriamente dita, gostaria de agradecer e parabenizar as pessoas que fizeram
143que esse dia acontecesse. Agradeceu o Secretário Miguel Salomão pelos
144trabalhos que foram realizados sob a coordenação da Secretaria de Estado do
145Planejamento e Coordenação Geral e a Sra. Yára Eisenbach, pela coordenação
146destes trabalhos no âmbito do Centro de Coordenação de Programas do Governo
147- CCPG/SEPL. Agradeceu também os consultores, e em especial a pessoa do Sr.
148Francisco Lobato, a SUDERHSA, a SEMA, o IAP e todos os demais participantes
149que trabalharam na elaboração do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e
150agradeceu também a Assembléia pelo apoio na aprovação da Lei Estadual de
151Recursos Hídricos. A seguir, passou a palavra à Secretária Executiva do
152Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, que comunicou que os membros do
153Conselho haviam recebido antecipadamente a pauta da reunião, bem como, a Lei
154Estadual de Recursos Hídricos e os seus Decretos de Regulamentação, Decreto
155de nomeação dos membros do Conselho e a minuta de Regimento Interno do
156Conselho, e que na data da reunião estavam recebendo Ofício de Usuários de
157Recursos Hídricos solicitando a instalação do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
158Alto Ribeira. Em seguida, procedeu a leitura da Pauta. Mencionou que o Decreto
159de nomeação dos membros do Conselho continha algumas incorreções de nome,
160mas que o mesmo seria reencaminhado para republicação. A seguir, convidou o
161Eng° Ivo Bernardo Heisler Júnior, Diretor da Diretoria de Recursos Hídricos da
162SUDERHSA a fazer uma apresentação resumida do modelo paranaense de
163gestão de recursos hídricos. O Conselheiro IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR,
164da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
165Ambiental – SUDERHSA, mencionou a sua satisfação em ver o Sistema de
166Recursos Hídricos sendo implantado no Paraná. Que o Paraná é um Estado rico
167em recursos hídricos, responsável por 35% da energia hidrelétrica gerada no
168Brasil e pela produção de 25% dos grãos produzidos, e que é um Estado que dá
169certo, inclusive na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.
170Mencionou que a primeira Lei de Recursos Hídricos é o Código de Águas de 1934
171e que até hoje é um instrumento atual, e que já previa a outorga de uso de
172recursos hídricos e a possibilidade de cobrança desse recurso. Fez um histórico
173sobre a Legislação de Recursos Hídricos até a aprovação da Lei Nacional nº
1749.433 de janeiro de 1997, que criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, e
175que o Estado do Paraná teve a sua Lei aprovada em 1999, após a Lei Federal,
176ficando de acordo com a Legislação Federal no seu todo. Que os instrumentos da
177Legislação Estadual são basicamente os mesmos instrumentos da Legislação
178Federal, a saber: Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas,
179enquadramento dos corpos d'água, Outorga de Direito de Uso de Recursos
180Hídricos, Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Sistema de Informações
181sobre Recursos Hídricos. Fez uma breve explanação sobre cada um destes
182instrumentos. Apresentou um fluxo institucional de funcionamento do Sistema
183Estadual de Recursos Hídricos, e das atribuições e competências das Agências de
184Bacia, no Paraná denominadas de Unidades Executivas Descentralizadas, dos
185Comitês de Bacia Hidrográfica e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
186Enfatizou os Contratos de Gestão a serem formalizadas com as Unidades
187Executivas Descentralizadas, através da aprovação dos Comitês, com a
188ratificação do Conselho Estadual. Apresentou finalmente um fluxograma das

189ações a serem desenvolvidas desde o momento em que os usuários e/ou
190municípios se organizam em Associação de Usuários, até o momento em que o
191Governo do Estado assina um Contrato de Gestão com essa Associação, que se
192transforma em Unidade Executiva Descentralizada (UED). A seguir, a Secretária
193Executiva do Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, passou ao terceiro item
194da Pauta, referente à composição e competências do Conselho Estadual de
195Recursos Hídricos. Ressaltou que o Conselho é composto por 29 membros, sendo
196que ao Presidente do Conselho cabe o voto de qualidade, e que os outros
197membros ficam divididos da seguinte forma: 14 membros do poder público e
198outros 14 membros que são representantes de usuários de recursos hídricos e da
199sociedade civil. Quanto às competências do Conselho, ressaltou as competências
200mais relevantes, que constam do Decreto nº 2.314/00. Na sequência passou a
201palavra ao Sr. Francisco José Lobato da Costa, da Agência Nacional de Águas,
202para fazer a apresentação do Programa Nacional de Despoluição Hídrica de
203Bacias Hidrográficas, também conhecido como Programa de Compra de Esgoto,
204sob a coordenação da ANA. O senhor FRANCISCO JOSÉ LOBATO DA COSTA
205cumprimentou os presentes e em nome do Dr. Jerson Kelman, Diretor Presidente
206da ANA, agradeceu a oportunidade de participar da reunião. Mencionou que a
207ocasião lhe dava muita satisfação pessoal, na medida em que até maio último,
208enquanto Assessor do Centro de Coordenação de Programas do Governo, sob a
209coordenação da Dra. Yára Eisenbach, trabalhou fortemente para que isso
210acontecesse. Mencionou que a instalação do Conselho seria de grande
211contribuição para o Convênio de Integração para a Gestão das Bacias do Alto
212Iguaçu e Alto Ribeira, mediante o qual a União Federal delegaria atribuições e
213competências plenas ao Estado do Paraná. Que era o primeiro Convênio de
214Delegação de competências do Governo Federal para um Estado, que seria
215celebrado nos próximos 15 dias, por ocasião do Quarto Diálogo Interamericano de
216Gerenciamento de Águas, em Foz do Iguaçu. Justificou a ausência do Dr. Jerson
217Kelman e informou que em 22 de março último, o Diretor Presidente da ANA
218baixou uma Resolução instituindo o Programa Nacional de Despoluição Hídrica de
219Bacias Hidrográficas, que é um Programa que propõe a pagar pelo efetivo
220abatimento de cargas poluidoras, que significa dizer que o foco deixa de ser a
221construção física e passa a ser a mensuração efetiva nos corpos hídricos da
222redução de índices de poluição. Disse que a partir da entrada em operação de
223uma Estação de Tratamento de Esgoto, e mediante a comprovação de que esta
224Estação de Tratamento de Esgotos está efetivamente reduzindo a poluição, a ANA
225assume o compromisso de subsidiar a fundo perdido, um montante de recursos
226que pode chegar até 50% dos custos do capital empregado naquela Estação.
227Mencionou que em países do primeiro mundo também foram efetuados aportes de
228recursos a fundo perdido para tratamento de esgotos, e que se justificam pelos
229benefícios que trazem a toda a sociedade. Mencionou que disponibilidade de
230recursos já existentes, por exemplo, no BNDES, não eram capazes de alavancar
231empreendimentos privados para o tratamento de esgotos, seguramente pela
232percepção de riscos em tais operações. Explicou que o interesse da ANA,
233enquanto órgão gestor nacional de recursos hídricos, em coordenar tal programa,
234reside nos requerimentos adicionais que são requeridos. A habilitação dos
235empreendimentos exige que os sistemas estejam localizados em bacias

236hidrográficas que tenham Comitês de Bacia instalados. Esses Comitês devem
237também manifestar à ANA que os empreendimentos encontram-se dentre as
238prioridades para fins de saneamento ambiental da Bacia Hidrográfica, e, devem
239assumir compromisso de implementação da cobrança pelo direito de uso de
240recursos hídricos até a data prevista para entrada em operação da ETE. Desta
241forma a implementação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos são
242incentivados, mediante a instalação de comitês de bacia e da cobrança pelo uso
243da água. Disse que o Programa tem se mostrado um sucesso, e que há um
244movimento nos diversos Estados Brasileiros para a constituição de Comitês, e
245uma pressão muito forte sobre a ANA como candidatos a esse Programa. Que
246existem 70 milhões disponíveis, que deverão ser rapidamente consumidos, e que
247para o próximo ano, esses recursos provavelmente serão triplicados. Em virtude
248dessa possibilidade, lhe parece que as Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, que o
249Paraná enxerga como prioritárias para o tratamento de esgotos, poderiam sem
250dúvida serem candidatas com potencial muito grande ao Programa Compra de
251Esgotos, e por isso, a importância da instalação do Conselho e do Comitê das
252Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira. Mencionou ainda o site da ANA
253(www.ana.gov.br) onde pode ser acessado um manual de operações detalhado
254deste Programa. Com essas palavras colocou-se à disposição dos membros.
255Dando seqüência à reunião, a Secretária Executiva do Conselho, MARIANNA
256SOPHIE ROORDA, esclareceu que em função do exposto pelo Dr. Francisco
257Lobato, foi incluído na pauta da reunião, a solicitação por usuários de recursos
258hídricos das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, da instalação do Comitê destas
259Bacias Hidrográficas e convidou o Diretor Presidente da SANEPAR, Sr. Carlos
260Afonso Teixeira de Freitas, para apresentar essa solicitação de instalação do
261Comitê, e mencionou que o material referente a essa solicitação foi disponibilizado
262aos membros na data da reunião. O Conselheiro CARLOS AFONSO TEIXEIRA
263DE FREITAS cumprimentou os presentes e mencionou que pela exposição feita
264pelo Sr. Francisco Lobato, os membros do Conselho haveriam de entender a
265pressa em ter acatada a solicitação de instituição do Comitê das Bacias do Alto
266Iguaçu e Alto Ribeira. Mencionou o Termo de Compromisso formalizado em
267novembro do ano passado, por usuários destas Bacias, isto é, SANEPAR, COPEL
268e PETROBRAS, de montar a Associação de Usuários destas Bacias, e que neste
269momento estava trazendo ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a
270solicitação de instalação do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira.
271Mencionou os investimentos da SANEPAR no setor de saneamento,
272principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, e a oportunidade de se
273candidatar ao Programa da Compra do Esgoto Tratado, em tendo aprovado a
274instalação do Comitê. Elogiou a todos que participaram da elaboração de todo
275esse trabalho que estava culminando na instalação do Conselho. Dando
276prosseguimento, a Sra. MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do
277Conselho, informou que o item seguinte da Pauta seria a discussão sobre o
278Regimento Interno do CERH e sua respectiva aprovação. Passou a palavra ao
279Presidente do Conselho, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, que
280explicou que para se ter o Conselho em funcionamento, bem como atender ao
281pedido de instalação do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, seria
282necessário ter o Regimento Interno do Conselho aprovado. Destacou também a

283 importância de se ter este Comitê instalado, e deixou aberta a palavra aos
284 Conselheiros. A seguir, o Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA, Diretor
285 Superintendente da COPEL Geração, propôs que se passasse diretamente à
286 aprovação do Regimento, tendo em vista a agilidade necessária e tendo em vista
287 que o Regimento poderá ser modificado a qualquer tempo pelo Conselho. O
288 Presidente do CERH, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO propôs, que
289 se aceita a proposta do Sr. Luiz Fernando, que se passasse diretamente à votação
290 do Regimento. Na sequência, o mesmo foi aprovado por unanimidade. A seguir,
291 passou à votação da instalação do Comitê, que também foi aprovada por
292 unanimidade. Agradeceu e pediu uma salva de palmas, visto que os dois grandes
293 objetivos haviam sido cumpridos. Dando sequência, a Secretária Executiva do
294 CERH, MARIANNA SOPHIE ROORDA, abordou o item Assuntos Gerais e
295 informou que o COPATI também havia solicitado o credenciamento como Unidade
296 Executiva Descentralizada, e mencionou que a Bacia do rio Tibagi deverá ser a
297 próxima Bacia a solicitar a instalação do respectivo Comitê ao Conselho.
298 Comentou também a situação da Associação dos Usuários das Bacias do Alto
299 Iguaçu e Alto Ribeira. O Conselheiro IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR ,
300 Diretor da Diretoria de Recursos Hídricos da SUDERHSA, lembrou a Secretaria
301 Executiva de ter esquecido de apresentar a minuta das propostas de Resoluções
302 do CERH, quer seja da aprovação do Regimento Interno, quer seja da aprovação
303 do Comitê, contendo a composição da Mesa Diretora Provisória. O Presidente do
304 Conselho, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, solicitou ao Sr. Francisco
305 Lobato fazer comentários adicionais sobre a situação do Convênio do Paraná com
306 a ANA, enquanto a Secretaria Executiva pudesse providenciar as minutas de
307 Resoluções. Atendendo a essa solicitação, o senhor FRANCISCO JOSÉ LOBATO
308 DA COSTA, da Agência Nacional de Águas – ANA, mencionou a dominialidade
309 dos rios do Estado do Paraná, visto que muitos deles são de domínio da União, o
310 que significa dizer que se o governo federal instalar Comitês de Bacias
311 Hidrográficas, parte dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água
312 poderão tramitar pelo tesouro da União, porém que não é esta política
313 centralizada de recursos hídricos que a ANA gostaria de ver no Brasil, e que a
314 própria Lei nº 9.433 tem a questão da descentralização como um dos seus
315 marcos. Mencionou que o Paraná iniciou entendimentos nesse sentido em 1998, e
316 disse que neste momento estavam sendo acertados os últimos detalhes do
317 Convênio que seria assinado em breve. Disse que o Convênio seria de delegação
318 plena da ANA em favor da SUDERHSA. Comentou que estava sendo elaborado
319 um Plano de Trabalho, já em discussão final, inclusive com a partição de recursos
320 financeiros. Voltou a mencionar que o Convênio de Cooperação seria o primeiro
321 do País com essas características. Na sequência, a Secretária Executiva do
322 CERH, MARIANNA SOPHIE ROORDA, mencionou as regras para a instalação de
323 um Comitê, previstas no Decreto nº 2.315/00. Apresentou a composição da Mesa
324 Diretora Provisória que foi proposta pelos usuários de recursos hídricos, e
325 mencionou que essa Mesa teria a incumbência exclusiva de coordenar a
326 organização de instalação do Comitê Definitivo, conforme consta no Decreto nº
327 2.315/00. O Conselheiro IVO BERNARDO HEISLER JÚNIOR, Diretor da Diretoria
328 de Recursos Hídricos da SUDERHSA, solicitou que a palavra “exclusiva” fosse
329 retirada da minuta de Resolução, solicitação esta que foi endossada pela

330Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH, Coordenadora do Centro de
331Coordenação dos Programas do Governo – CCPG/SEPL. Em função desta
332solicitação, o senhor FRANCISCO JOSÉ LOBATO DA COSTA, da Agência
333Nacional de Águas – ANA, perguntou aos Membros do Conselho e ao Presidente
334do Conselho, se não se poderia deliberar por conferir à Mesa Diretora Provisória a
335prerrogativa de emitir manifestação formal para a Agência Nacional de Águas,
336sendo que desta forma empreendimentos de interesse da Alto Iguaçu poderiam
337imediatamente passar a ter habilitação junto à ANA. O Presidente do CERH,
338Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, disse que, com relação à proposta
339do Sr. Francisco Lobato, se ninguém mais tivesse alguma manifestação,
340consideraria aprovada a proposta. O Conselheiro REINALDO CARDOSO, Prefeito
341do Município de Castro pediu informações sobre a participação das Prefeituras
342nos Comitês. Em resposta, a Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH,
343Coordenadora do CCPG/SEPL, explicou que a participação dos Municípios consta
344do Decreto nº 2.315/00. O Conselheiro REINALDO CARDOSO, Prefeito de Castro
345perguntou se as Prefeituras não teriam participação na composição da Mesa
346Diretora Provisória. A Conselheira YÁRA CHRISTINA EISENBACH, explicou que
347essa Mesa Diretora se referia ao Alto Iguaçu e Alto Ribeira. Leu o parágrafo 2º do
348Artigo 4º do Decreto 2.315/00, que dispõe sobre a composição dos Comitês. O
349Presidente do CERH, Secretário JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, agradeceu a
350participação dos Conselheiros, ressaltou novamente a importância que este
351Conselho tem para o Estado do Paraná, e declarou encerrada a reunião do
352Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, da qual eu, MARIANNA
353SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH, lavrei a presente ata, em
354Curitiba, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e um.

355

356

357

358De acordo

359Curitiba, 04 de dezembro de 2001

360

361

362

363JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO

364Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

365Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos